



O DIÁLOGO INTERCULTURAL E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: COMO ESTÁ SENDO PESQUISADO NO BANCO DE TESES DA CAPES (2016-2018) E NO SCIELO (2016-2018)?

Sawana Araújo Lopes de Souza¹

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar o diálogo intercultural e as relações étnico-raciais na formação de professores, salientando sobre o que e onde está sendo pesquisada, nos estudos presentes nos bancos de teses da Capes e do Scielo. Metodologicamente, trata-se de uma investigação com abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica e nas publicações obtidas nos bancos de dados, à luz da análise de conteúdo de Bardin (2011). Concluímos que na produção científica no Banco de Teses da Capes há um número significativo de produções que abordam conjuntamente o diálogo intercultural e as relações étnico-raciais. Dessa produção, observou-se 54% das pesquisas que tratam dessa temática de forma genérica e 46% a consideram em uma discussão mais específica sobre outros temas: com a formação de professores, com o currículo, com as políticas educacionais dentre outras. Na base de dados Scielo, foi encontrado um único documento, que enfatizava a formação de professores. Portanto, esse levantamento bibliográfico indica que a associação entre o diálogo intercultural e as relações étnico-raciais no campo da formação de professores é problemática atual na Educação do Brasil, embora essa visibilidade ainda seja discreta em bases de dados como a Scielo.

Palavras-chave: Diálogo Intercultural. Relações étnico-raciais. Currículo. Pesquisa. Scielo

INTRODUÇÃO

O diálogo intercultural e as relações étnico-raciais compõem uma discussão obrigatória na formação inicial de professores e se fortaleceram a partir da Resolução CNE/CP nº 02/2015, que trata sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, além de

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE /UFPB) Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPB). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)-Campus I. Representante dos Estudantes na Associação Nacional dos Profissionais da Educação (ANFOPE). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas da Pedagogia Paulo Freire (GEPPF/UFPB) e do Grupo de Pesquisa Laboratório de práticas, estudos e pesquisas em formação de professores - Universidade e Escolas de Educação Básica - La-Conex@o-UEB/UFPB/Campus IV. E-mail: sawana.lopes@gmail.com



problematizar sobre a implementação do ensino intercultural na formação docente. É importante ressaltar que, para que essa temática estivesse presente no cotidiano da formação docente, foram necessárias mobilizações sociais aliadas à luta política. Sendo assim, as pesquisas científicas desenvolvidas atualmente e que abordam a formação inicial de professores devem conter, em sua matriz curricular, componentes curriculares que tratam sobre as temáticas em estudo. Neste sentido, essa problematização reforça a necessidade de intensificar e estimular os estudantes a desenvolverem pesquisas voltadas para essa área do conhecimento.

Diante desse cenário, o objetivo do presente trabalho é analisar o diálogo intercultural e as relações étnico-raciais na formação de professores, salientando sobre o que e como é pesquisado no banco de teses da Capes e do Scielo. Metodologicamente, é um trabalho de caráter qualitativo, bibliográfico e que visa investigar as pesquisas que dialogam com o nosso objeto de estudo nos citados bancos de dados e é delimitado pelo marco temporal de 2016 a 2018. O tratamento das informações obtidas através desse mapeamento se baseou na análise de conteúdo de Bardin (2011). Este estudo estruturou-se em três momentos: em uma primeira fase, um debate sobre o diálogo intercultural e as relações étnico-raciais na formação de professores; em seguida, descreve-se a metodologia adotada para este estudo. Posteriormente, a apresentação dos resultados e discussões acerca do que vem sendo pesquisado sobre o diálogo intercultural e as relações étnico-raciais nos citados bancos de dados. Por último, as considerações finais.

2. O DIÁLOGO INTERCULTURAL E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA BREVE REFLEXÃO PARA A PESQUISA

Diante do momento que vivenciamos, também em virtude da pandemia, as universidades enfrentam diversos ataques, como a portaria que regulamenta a implementação do ensino remoto, que acentua a desigualdade entre os estudantes, pois nem todos têm acesso à tecnologia fundamental a esse tipo de ensino. O campo da pesquisa também sofre as consequências desses ataques ao ensino superior através da diminuição de recursos, especialmente para os temas relacionados às áreas cultural e racial na formação de professores.

Neste sentido, o diálogo intercultural e as relações étnico-raciais são incorporados na formação de professores quando os docentes compreendem a



importância de inserir esse debate de forma igualitária e respeitando todas as culturas, ou seja, “[...] é a promoção deliberada da inter-relação entre diferentes grupos culturais presentes em uma determinada sociedade [...]” (Candau, 2018). O mapeamento que realizamos nos referidos bancos de dados reforça a pesquisa como um dos caminhos para refletir sobre esse debate. Assim, Freire (1996) reflete sobre a necessidade de investirmos na pesquisa quando assevera que:

[...] Fala-se hoje, com insistência, no professor pesquisador. No meu entender o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. (p. 16).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996) regulamenta a atuação dos professores e quem está responsável pela formação deles. Diz-se, no artigo 62, que para:

[...] atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017)§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).[...] § 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância.(Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013). (BRASIL, 1996, p. 25-26).

Uma legislação que regulamenta a obrigatoriedade das relações étnico-raciais em uma perspectiva intercultural através da formação inicial e continuada dos professores é a Resolução CNE/CP nº 02/2015, que versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, problematiza a necessidade de, na formação de professores,



respeitar a diversidade cultural da sociedade brasileira, além de organizar e sistematizar a criação de materiais didáticos na construção de um debate com a comunidade local, a fim de que possam refletir sobre a sua implementação no cotidiano escolar. Para que se concretizem essas medidas, no entanto, é necessário investir e estimular que as universidades realizem esse debate. Sendo assim, este documento salienta o quão necessário é estabelecer um diálogo com os sujeitos que estão inseridos neste processo de formação (Freire, 1987), e a história do movimento afro-brasileiro comprova essa realidade.

Outro documento que precisamos mencionar é a Resolução CNE/CP nº 01/2004, que versa sobre “[...] Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana” e reforça o papel das instituições de ensino, quando salienta:

Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. (BRASIL,2004, p.6).

Neste sentido, concordamos com as DCN’s ao instituírem o papel das instituições de ensino. Além disso, ressaltamos que as pesquisas apresentadas nos resultados e discussões demonstram esse papel de promover um espaço democrático. Já Walsh problematiza que:

[...] a interculturalidade crítica, como um projeto radicalmente transformador, propõe uma ética e uma política, articulando igualdade e reconhecimento das diferenças culturais e não apenas a tolerância com uma inclusão adaptadora de comunidades indígenas e negras dentro do atual modelo de vida em sociedade. (2013, p. 587)

Para que isso ocorra, torna-se necessária uma junção entre a equipe pedagógica e da comunidade escolar, a fim de que essa problemática seja inserida no Projeto



Pedagógico Pedagógica (PPP) da escola e no cotidiano escolar, ou seja, torna-se necessário combater a cultura do silêncio (Freire, 1987) que ainda existe no espaço escolar.

Contudo, é preciso que as instituições de ensino superior (IES) contemplem, em sua matriz curricular, os componentes curriculares de forma obrigatória e não optativa, como ocorre em algumas IES do país. Destarte, a formação de professores deve prepará-los para inserir essa temática no espaço escolar, mas antes precisam estar implantadas na formação inicial de professores.

Neste trabalho e na pesquisa de doutoramento que estamos desenvolvendo em um programa de pós-graduação, adotamos o termo “diálogo intercultural” devido à necessidade de compreendermos a construção que deve ser feita com os diferentes grupos sociais, com base em uma relação horizontal, realizada em um mesmo nível social e acadêmico.

O diálogo intercultural e as relações étnico-raciais na formação de professores coadunam com a produção científica que analisamos, cuja implementação ocorre através da prática pedagógica dos professores quando problematizam a temática durante o ano letivo, através dos materiais escolares que fazem os estudantes refletirem sobre as diferentes culturas que existem no país. O nosso argumento para que haja essa inserção, dá-se em virtude de que somos uma população miscigenada e que luta cotidianamente pelos seus direitos a reconhecimento e acesso ao ensino público. Tendo isso em vista, Candau reforça que:

São as lutas dos grupos sociais discriminados e excluídos de uma cidadania plena, os movimentos sociais, especialmente os relacionados às questões étnicas e, entre eles, de modo particularmente significativo, os relacionados às identidades negras, que constituem o *lócus* de produção do multiculturalismo. (2008, p. 49, grifo da autora).

Portanto, essa é uma luta que não deve ser travada apenas pela população negra, mas por cada cidadão brasileiro, a fim de que tenhamos um estudo intercultural implementado no campo educacional.

3. METODOLOGIA

Metodologicamente, trata-se de um trabalho de abordagem qualitativa que se caracteriza pela interpretação dos dados coletados através de um levantamento da



produção científica, de uma análise documental e/ou de uma entrevista. Neste sentido, o diálogo intercultural e as relações étnico-raciais, que são os nossos objetos de investigação, consistem nos fenômenos que investigamos nos dois bancos de dados: Banco de Teses da Capes e do Scielo.

Esta investigação caracteriza-se pela pesquisa bibliográfica que se define como “[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc” (Severino, 2017). Com isso, ressaltamos que a pesquisa bibliográfica contribui para avançarmos nas discussões de um determinado objeto de estudo, bem como delimitarmos as técnicas e os sujeitos de pesquisas.

Optamos pelas plataformas de pesquisa Scielo e o Banco de Teses da Capes em virtude de a primeira ser uma busca que contempla a produção internacional e nacional, com periódicos da área da educação, que é a nossa área de conhecimento; enquanto que o Banco de Teses da Capes caracteriza-se pelo desenvolvimento e divulgação das pesquisas que são produzidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do país.

Diante desse contexto, apontamos que o percurso metodológico se baseia em descrever a produção acadêmica desenvolvida no Brasil, utilizando, como fonte de pesquisa, o principal banco de dados existente no país, o Banco de teses da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Para tal pesquisa, seguimos este percurso de análise: em um primeiro momento, adotamos como palavras-chave “relações étnico-raciais” e “interculturalidade” e obtivemos, como resposta às buscas, 114.4253 pesquisas nos cursos de mestrado e doutorado, porém optamos por excluir as pesquisas do mestrado e focar nas teses de doutorado, devido ao fato de estarmos desenvolvendo uma pesquisa nessa área de formação. Objetivamos, com esse mapeamento, compreender o que é pesquisado sobre o diálogo intercultural e as relações étnico-raciais na formação de professores no Brasil.

O próximo passo foi adotar alguns itens de inclusão para escolha das pesquisas a serem estudadas, tais como: os estudos precisavam ter sido desenvolvidos no doutorado, ser dos últimos três anos, além de pertencerem a programas de pós-graduação em educação, o que totalizou 3.482 trabalhos. Por outro lado, considerando-se o objeto de estudo desta pesquisa (o diálogo intercultural e as relações étnico-raciais na formação inicial de professores), elencamos os seguintes critérios de exclusão no processo de



seleção das pesquisas: trabalhos cujos títulos possuíssem as palavras interculturalidade e relações étnico-raciais, assim como aquelas que possuíssem os mesmos sujeitos de investigação da nossa pesquisa, ou seja, professores, coordenadores e estudantes. A nossa intenção, porém, após a leitura dos resumos, consiste no levantamento quantitativo de teses relacionadas com o nosso objeto de estudo. Dessa maneira, obtivemos como resultado 59 teses analisadas.

No banco de dados do Scielo, adotamos o mesmo percurso metodológico que foi realizado no Banco de Teses da Capes, com os mesmos descritores que foram mencionados anteriormente. Além disso, justificamos a escolha do marco temporal dos anos 2016 a 2018, que foi usado para ambos bancos de dados, porque estamos analisando a produção científica que foi publicada durante o governo de Michel Temer (2016-2018), após 14 anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Para o tratamento dos dados, utilizamos a análise de conteúdos de Bardin, que se define por uma “[...] análise dos ‘significados’ [...]” (2011). Essa ferramenta de análise se divide em categorial e lexical, porém frisamos que adotamos a primeira perspectiva de análise, que se caracteriza por:

[...] rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos [...]. (BARDIN, 2011, p.147).

Com base nesse tipo de tratamento dos dados, analisamos os citados bancos de dados a fim de refletir sobre o que está sendo produzido sobre o diálogo intercultural e as relações étnico-raciais na formação de professores. Sendo assim, no próximo tópico, apresentamos os resultados e discussões realizados a partir do levantamento da produção acadêmica nas citadas plataformas de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme dito anteriormente e com base no mapeamento realizado, constatamos que existem produções relacionadas com o diálogo intercultural e com as relações étnico-raciais na formação de professores, tanto no Scielo quanto no Banco de Teses da Capes.



Na busca que realizamos na base de dados Scielo, adotamos os descritores “relações étnico-raciais” e “interculturalidade” e, em seguida, aplicamos o seguinte filtro: selecionamos as produções dos últimos três anos que estivessem em português, espanhol ou inglês. Durante o levantamento, verificamos apenas um artigo relacionado com o nosso objeto de estudo, tendo em vista o marco temporal que adotamos para a presente pesquisa. Tal artigo foi publicado em 2017 pela autora Carla Beatriz Meinerz, que realizou um estudo documental acerca do diálogo intercultural e das relações étnico-raciais em cursos de licenciatura das instituições de ensino superior do estado do Rio Grande do Sul. A metodologia utilizada caracteriza-se pela abordagem qualitativa, pesquisa documental, a realização de entrevistas e grupos focais com os professores. Os resultados obtidos, por meio desse trabalho, demonstram:

[...] o afeto à causa, como resposta mais individual e menos institucional às determinações legais; por outro lado, a tendência à construção de novas estereotípias nas práticas coletivas de recepção dessa legislação e das diretrizes correlatas. (Meinerz, Golembiewski, Oyarzabal, 2017, p. 59).

Para caracterizar o grupo de teses levantadas, essas foram classificadas em categorias de acordo com a ênfase da pesquisa. Embora todas as pesquisas levantadas estejam relacionadas a “relações étnico-raciais” e “interculturalidade”, observou-se que uma parte das teses apresentavam ênfase em uma abordagem genérica sobre relações étnico-raciais (e foram classificadas na categoria “relações étnico-raciais”), outro grupo de documentos enfatizava uma discussão genérica sobre interculturalidade (foram agrupadas na categoria “interculturalidade”) e outra parte do grupo levantado tinha ênfase em algum tema específico (foram definidas em categorias nomeadas de acordo com esse tema).

Diante disso, na figura 1, tivemos como resultado que os temas “diálogo intercultural” e “relações étnico-raciais” aparecem, respectivamente, em 20% das produções que abordaram relações étnico-raciais e em 34% das que estavam articuladas à interculturalidade. A terceira temática presente foi a formação de professores, tanto atuantes na educação básica quanto no ensino superior.

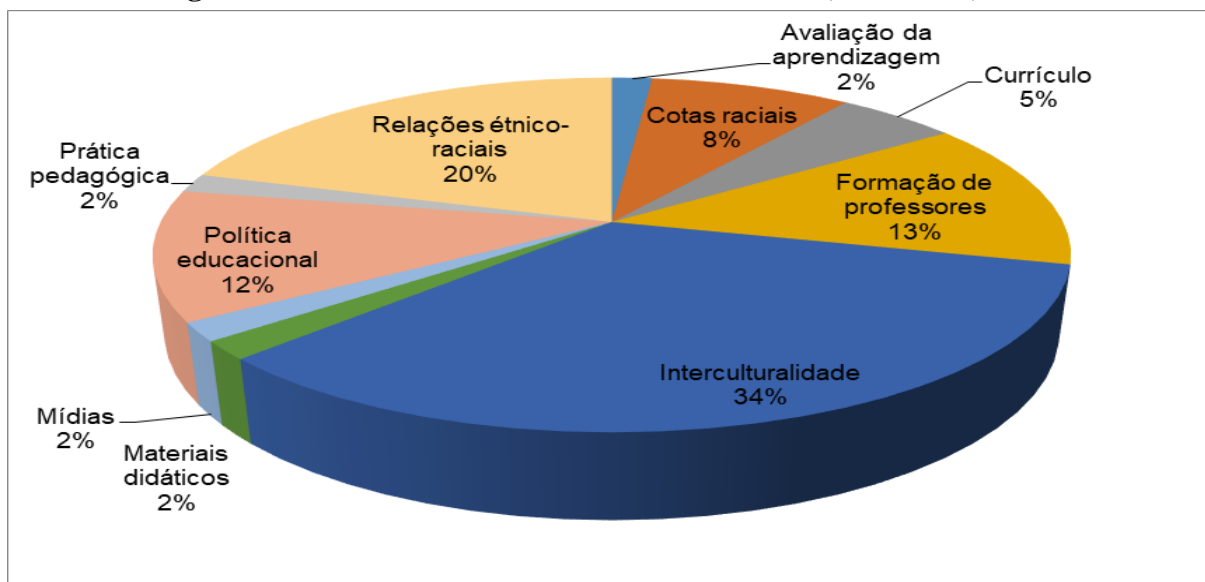
Essa discussão está articulada com a Resolução CNE/CP nº 02/2015, que estabelece a formação inicial e continuada dos professores, ao asseverar, em seu quinto



artigo: “[...] VIII - à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial [...]” (Brasil, 2015).

Considerando isso, podemos observar essas informações sobre as temáticas desenvolvidas, no Banco de Teses da CAPES, na figura 1 abaixo:

Figura 1 - Temática no Banco de Teses da CAPES (2016-2018).



Com base na figura acima, observamos que cerca de 20% das teses levantadas com as palavras-chaves utilizadas abordam sobre as relações étnico-raciais, enquanto 34% dessa produção relaciona-se à interculturalidade. A formação de professores constitui 13% da produção científica considerada. De acordo com a Resolução CNE/CP nº 02/2015, essa discussão é obrigatória e deve estar presente na formação inicial através da inserção de componentes curriculares que relacionem as temáticas citadas, e também faz necessária uma parceria entre as Universidades e as secretarias de educação, a fim de que promovam cursos, oficinas e palestras de forma continuada para os professores.

Com relação à discussão da interculturalidade e das relações étnico-raciais constatamos 5% das teses levantadas estavam relacionadas com o currículo. Concordamos com Oliveira (2015), que assevera: “[...] Para superar a fragmentação do conhecimento, estudamos um currículo para uma pedagogia diferenciada em que cada estudante na sua ação pedagógica buscou uma educação intercultural”. Sendo assim, a



discussão curricular precisa estar aliada com a formação de professores, tendo em vista que existem legislações, como a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, que tornam obrigatória a inserção da história da população negra e indígena no currículo escolar da educação básica. Portanto, precisamos dar visibilidade a esses grupos sociais, ou seja, necessitamos de um currículo descolonizado e contra hegemônico. E, combatermos a invisibilidade dessas populações no currículo escolar (ARAGÃO, 2013)

Dando continuidade ao mapeamento realizado no Banco de Teses da Capes, nos questionamos sobre o local institucional da produção científica. Neste sentido, observamos na tabela 1 que a Região Sudeste apresentou a maior quantidade de pesquisas relacionadas ao diálogo intercultural e as relações étnico-raciais, com 26 pesquisas por meio das Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), dentre outras; enquanto a Região Centro-Oeste apresentou somente uma investigação acerca dos objetos do nosso estudo, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). A Região Norte exibiu o segundo menor número de pesquisas, com apenas 3 teses que foram defendidas pelas Universidade do Pará (UFPA) e Universidade do Amazonas (UFAM). Observamos ainda que a Região Nordeste foi a terceira Região com mais produção, cerca de 14 teses da Universidade de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), conforme colocado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Quantitativo de Produção x Ano.

REGIÃO	2016	2017	2018	TOTAL
SUL	4	7	4	15
NORTE	1	0	2	3
NORDESTE	3	7	4	14
CENTRO-OESTE	0	0	1	1
SUDESTE	7	10	9	26

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Portanto, enquanto tivermos uma cultura do silêncio (Freire, 1987) sobre o nosso objeto de estudo na formação inicial de professores, permaneceremos nessa invisibilidade política e social. Diante da quebra desse silêncio e em busca de uma educação problematizadora, salientamos a necessidade de desenvolvermos essa pesquisa de doutoramento, a fim de contribuir para uma nova visão e uma reflexão a respeito do nosso objeto de estudo na seara das políticas educacionais.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visa analisar o diálogo intercultural e das relações étnico-raciais. Diante do mapeamento realizado, constatamos a necessidade de estimularmos a produção científica relacionada ao nosso objeto de estudo, pois este é uma obrigatoriedade presente na Resolução CNE/CP nº 02/2015 e também está citado na Resolução CNE/CP nº 01/2004, as quais ressaltam ações pedagógicas que as instituições de ensino superior (IES) devem promover nas licenciaturas. Além disso, é importante sempre destacar a relevância do diálogo intercultural e das relações étnico-raciais estarem presentes, fazendo-se necessário desocultar essa temática na formação inicial de professores, bem como refletir sobre a sua implementação na prática pedagógica. Nesse sentido, acreditamos que as pesquisas científicas devem assumir esse papel e conciliar a teoria e a prática. Canen e Xavier (2011) problematizam a respeito de um modelo de escola que contempla as diferentes culturas, sem nenhuma discriminação ou preconceito, sendo, portanto, “[...]uma escola mais justa e democrática e, conseqüentemente, mais coadunada com a realidade sociocultural plural brasileira”. Dessa forma, salientamos que o nosso país possui como principal característica a heterogeneidade de culturas que constituem e contribuem para a nossa formação. Sendo assim, elas precisam estar presentes nos cursos de formação de professores, para que sejam inseridas no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

Aragão, Wilson Honorato. Afroeducação: pesquisas e práticas educativas no combate ao racismo. IN: *Afroeducação*. Aragão, Wilson Honorato; Ferreira, Ana Paula Romão de Souza; Lima, Norma Maria- João Pessoa: Editora da UFPB, p. 370, 2013

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *Banco de Teses da Capes [banco de dados]*. Disponível em [http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/.](http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/) Acesso em: 17 de junho 2020.

Bardin, L. (2011) *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70.

Brasil. *Lei Federal nº 10.639/2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial*



da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-brasileira” e dá outras providências. Brasília – DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 26 de setembro de 2019.

Brasil. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. *Resolução n. 1 de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Diário Oficial da União, 22 de junho de 2004, seção 1, p.11.

Brasil. *Lei Federal nº 11.645/2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade de temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”*. Brasília – DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2008/Lei/11645.htm. Acesso em: 13 de fevereiro de 2019.

Brasil. Ministério da Educação (MEC). *Resolução CNE/CP Nº 2 de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

CANDAU, V.M. (2008). Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*.v. 13 n. 37 jan./abr. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-247820080001&lng=en&nrm=iso/. Acesso em: 17 de maio de 2020

Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 23. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra.

OLIVEIRA, C.S.A (2015). *As relações étnico-raciais na formação inicial do pedagogo(a) na perspectiva de uma educação básica intercultural*. In: ALAS Costa Rica 2015. XXX Congresso Latinoamericano de Sociología, ALAS Costa Rica 2015 Pueblos en Movimiento: Un Nuevo Diálogo en las Ciencias Sociales. Costa Rica, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/elope/Downloads/461-932-1-PB.pdf>. Acesso em: 13 de dezembro 2018.

SEVERINO, A.J. (2017). *Metodologia do trabalho científico* [livro eletrônico]. 2. ed. – São Paulo, SP: Cortez.